

Prefácio

Inaiara Bartol Rodrigues

Como citar: RODRIGUES, Inaiara Bartol. Prefácio. *In:* CAÇÃO, Maria Izaura; CARVALHO, Sandra Helena Escouto de (org.). **Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 9-10.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-313-7.p9-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

No atual momento da educação brasileira, no qual a política nacional de Educação Especial tem como meta explícita orientar a implantação da Educação Inclusiva no sistema de ensino, constatamos que além da necessidade de compreender as bases legais desse processo há a necessidade de analisar as propostas de atuação nessa modalidade de ensino e avaliar seus resultados.

Essa análise se faz necessária para que possamos nos mobilizar no sentido de atingir as metas propostas no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE que visa uma educação de qualidade que atenda às necessidades educacionais da diversidade humana expressa no âmbito da escola e que assegure a todos essa qualidade.

Para alcançar esse propósito os documentos legais destacam alguns aspectos considerados fundamentais nesse intento, como o conhecimento sobre as características e comportamentos dos alunos especiais, o Projeto Político-pedagógico da Escola, o Atendimento Educacional Especializado – AEE; a formação básica e continuada dos professores; a gestão compartilhada; o envolvimento das famílias; os recursos pedagógicos físicos e materiais; e inúmeros outros aspectos. Portanto, é importantíssimo nos debruçarmos de forma sistemática sobre esses aspectos a fim de analisarmos as ações que efetivamente tornam a escola mais responsiva às necessidades de todos os seus alunos.

As pesquisas apresentadas nesse volume expressam as inquietações de um grupo de profissionais da educação sobre determinados aspectos acima destacados. E a busca sistemática por respostas elucidada algumas dessas incertezas, bem como gera novas questões que movem a roda do conhecimento científico.

Portanto, verifica-se por meio desses artigos científicos que pesquisas desenvolvidas por uma parcela dos atores envolvidos diretamente nesse compromisso, no caso o professor que atua com alunos especiais, juntamente com o professor que faz parte de uma outra esfera desse processo, ou seja, o professor dedicado à formação desse primeiro, pode provocar uma tomada de consciência em relação às diretrizes brasileiras para a Educação Inclusiva, bem como uma postura crítica em relação às propostas de implantação de programas e projetos pedagógicos inclusivos, tanto no âmbito teórico quanto prático.

Mesmo que os resultados encontrados nas pesquisas aqui relatadas apontem as dificuldades para se efetivarem as políticas públicas inclusivas na realidade do nosso sistema educacional, principalmente se considerarmos as diferenças sociais, econômicas, culturais e principalmente políticas das diversas regiões brasileiras, podemos afirmar que a sistematização dos estudos científicos deve favorecer as mudanças esperadas e apontadas pelos documentos legais porque instigam a reflexão sobre esse complexo processo de transição pelo qual passa o ensino brasileiro, assim como a nossa sociedade em geral. Sem essa reflexão será impossível atingir as mudanças almejadas.

Dra. Inaiara Bartol Rodrigues
Universidade de Marília - Unimar